

# MANEIRAS DE FAZER-CIDADE: TRANSCORPOGRAFIA E MULHERES TRANS/TRAVESTIS EM MONTES CLAROS/MG

Marcelo Brito<sup>1</sup>  
Rafael Baioni do Nascimento<sup>2</sup>  
Ildenilson Meireles Barbosa<sup>3</sup>  
Isabela Veloso Lopes Versiani<sup>4</sup>  
Érica Brito<sup>5</sup>

## RESUMO

Este artigo investiga a cidade como um território de disputas, analisando a intersecção entre gênero, sexualidade e a produção do espaço urbano, com recorte para a cidade de Montes Claros/MG, utilizando o conceito de transcorpografia como ferramenta teórica e metodológica. O objetivo é compreender como as mulheres trans/travestis exercem o fazer-cidade, tensionando o ordenamento cis/heteronormativo que estrutura os espaços urbanos e determina quem pode circular, onde e como. A pesquisa mobiliza as narrativas de vida das interlocutoras, suas sociabilidades e práticas cotidianas de circulação e ocupação dos espaços

<sup>1</sup>Mestre. Professor de ensino superior da Unimontes. Bolsista Fapemig – Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico Destinada a Servidor Público Estadual - BIP-00271-24 – Chamada 015/2023. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5692-0883> E-mail: [professormarcelob@gmail.com](mailto:professormarcelob@gmail.com).

<sup>2</sup>Doutor. Professor de ensino superior da Unimontes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0391-4169> E-mail: [baionirafael@gmail.com](mailto:baionirafael@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor. Professor de ensino superior da Unimontes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0528-727X> E-mail: [meirelesildenilson@gmail.com](mailto:meirelesildenilson@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora. Professora de ensino superior da Unimontes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7966-187X> E-mail: [isabela.versiani@unimontes.br](mailto:isabela.versiani@unimontes.br)

<sup>5</sup> Especialista. Servidora pública na prefeitura de Montes Claros. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3576-071X> E-mail: [professoraericab@yahoo.com.br](mailto:professoraericab@yahoo.com.br)

urbanos. Os resultados destacam que seus corpos-território atuam como agentes de desterritorialização e reterritorialização, produzindo micropolíticas que desafiam os planejamentos urbanos tradicionais e promovem novas formas de pertencimento e visibilidade. Assim, o fazer-cidade das mulheres trans/travestis em Montes Claros não apenas reclama direito à cidade, mas forja territórios existenciais atravessados por afetos, solidariedade e presença, multiplicando os sentidos urbanos e ampliando as possibilidades de ser e estar no mundo.

**Palavras-chave:** Cidade; Transcorpografia; Corpos; Mulheres trans/travestis;

*WAYS OF CITY-MAKING: TRANSCORPOGRAPHY AND TRANS/TRAVESTI  
WOMEN IN MONTES CLAROS/MG*

**ABSTRACT**

This article investigates the city as a contested territory, analyzing the intersection of gender, sexuality, and the production of urban space, focusing on the city of Montes Claros/MG. It employs the concept of transcorpography (transcorpografia) as both a theoretical and methodological tool. The objective is to understand how trans/travesti women exercise "city-making", challenging the cis/heteronormative order that structures urban spaces and determines who can circulate, where, and how. The research mobilizes the life narratives of its interlocutors, their sociabilities, and their daily practices of circulating through and occupying urban spaces. The results highlight that their "body-territories" act as agents of deterritorialization and reterritorialization, producing micropolitics that defy traditional urban planning and foster new forms of belonging and visibility. Thus, the city-making of trans/travesti women in Montes Claros not only reclaims the "right to the city" but also forges existential territories permeated by affects, solidarity, and presence, thereby multiplying urban meanings and expanding the possibilities of being and existing in the world.

**Keywords:** City; Transcorpography; Bodies; Trans/travesti women.

*MANERAS DE HACER-CIUDAD: TRANSCORPOGRAFÍA Y MUJERES  
TRANS/TRAVESTIS EN MONTES CLAROS/MG*

**RESUMEN**

Este artículo investiga la ciudad como un territorio de disputas, analizando la intersección entre género, sexualidad y la producción del espacio urbano, con un enfoque en la ciudad de Montes Claros/MG, utilizando el concepto de transcorpografía como herramienta teórica y metodológica. El objetivo es



comprender cómo las mujeres trans/travestis ejercen el "hacer-ciudad" (fazer-cidade), tensionando el ordenamiento cis/heteronormativo que estructura los espacios urbanos y determina quién puede circular, dónde y cómo. La investigación moviliza las narrativas de vida de las interlocutoras, sus sociabilidades y prácticas cotidianas de circulación y ocupación de los espacios urbanos. Los resultados destacan que sus cuerpos-territorio actúan como agentes de desterritorialización y reterritorialización, produciendo micropolíticas que desafían las planificaciones urbanas tradicionales y promueven nuevas formas de pertenencia y visibilidad. Así, el "hacer-ciudad" de las mujeres trans/travestis en Montes Claros no solo reclama el "derecho a la ciudad", sino que forja territorios existenciales atravesados por afectos, solidaridad y presencia, multiplicando los sentidos urbanos y ampliando las posibilidades de ser y estar en el mundo.

**Palabras clave:** Ciudad; Transcorpografía; Cuerpos; Mujeres trans/travestis.

## INTRODUÇÃO

A cidade não é um espaço neutro, ao contrário, é um palco de disputas das relações de poder que se estabelecem também a partir das identidades de gênero e sexualidades. Assim, os espaços da cidade são projetados e construídos por meio de uma estrutura social cisgênera, heterossexual e masculina que hierarquiza, controla e tenta invisibilizar os corpos que não se enquadram na cis/heteronormatividade.

O artigo analisa a interseção entre gênero, sexualidade no fazer-cidade a partir das narrativas das mulheres trans/travestis e as formas de ocupar e (re)existir nos espaços urbanos, tendo por base o conceito de transcorpograifa. O entrelaçamento corpo, identidade e territórios é analisado a partir das experiências de vida delas e suas sociabilidades na cidade, mediadas por relações de poder que, na maioria das vezes, não as reconhecem nas suas mulheridades e feminilidades, impondo violências aos seus corpos.

Nesse sentido, atos cotidianos como andar pelas ruas, fazer compras no supermercado, comprar pão na padaria e entrar em um meio de transporte coletivo ou individual, são permeados de negociações e resistências para driblar as imposições de normas cisgêneras e reinventar outras territorialidades possíveis.



Assim, o objetivo do artigo é analisar, a partir do conceito de transcorpografia, os tensionamentos e reconfigurações que a presença das mulheres trans/travestis causam no ordenamento cis/heteronormativo dos territórios da cidade e os mecanismos de negociação e resistência que elas articulam.

A importância do tema abordado neste artigo emerge de uma dupla razão: poucas pesquisas acadêmicas sobre a relação entre transexualidade e produção do espaço urbano, especialmente em cidades médias como Montes Claros (MG), e a urgência política de visibilizar narrativas que desafiam a cis/heteronormatividade.

A temática que envolve espaços urbanos, direito à cidade e identidade de gênero é um tema que carece de estudos mais aprofundados. A importância dessa articulação corporeidades e territórios urbanos é exposta por alguns autores (as) ao afirmar que durante muito tempo a antropologia separou de um lado a produção da antropologia do corpo e do outro a antropologia urbana. Na primeira o foco é o corpo, mas o espaço e o ambiente surgem como um pano de fundo ou cenário e, na segunda, as corporeidades apenas são pensadas na produção do espaço urbano.

Assim, não se percebe a associação direta ou uma co-implicação entre corpo, espaço e cidade, mobilizando uma discussão teórica sobre corpo, identidade de gênero na sua articulação com o espaço urbano. Os debates sobre o tema visam ampliar a participação das mulheres transexuais/travestis nos espaços públicos no envolvimento com a proposição de soluções e estratégias para melhorias e atendimento às demandas levantadas, bem como envolvimento do poder público para diálogo, compartilhamento de responsabilidades e de ações.

A escolha pelas vivências das mulheres trans/travestis se dá pelo fato de elas questionarem, com sua própria existência, a lógica cis/heteronormativa, desestabilizando essa coerência normativa por denunciar o caráter fictício da norma. As mulheres trans/travestis desafiam o processo de naturalização do sexo como uma verdade biológica, pois colocam em evidência os mecanismos de controle e enquadramento dos corpos, revelando a necessidade de contestar discursos médicos, jurídicos, religiosos e estatais que imponham a



hetero/cisgeneridade como uma verdade e relegam a uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral todas as outras vivências.

O problema de pesquisa é de que formas as mulheres trans/travestis exercem o fazer-cidade, já que os espaços urbanos são estruturados a partir de lógicas cisgêneras e heteronormativas que determinam quem pode circular, onde e como, excluindo-as de vários espaços sociais ou as restringindo a territórios específicos e marcados pela invisibilidade.

A partir do conceito de transcorpografia e da pesquisa de campo realizada, é possível identificar que as experiências das mulheres trans/travestis revelam que o urbano também é um campo de resistência, pois seus corpos ao se moverem pelos territórios são capazes de (des)territorializar o espaço urbano e social coletivo, ressignificando ruas, praças, becos, em seu processo de fazer-cidade.

## **MULHERES TRANS/TRAVESTIS E A DESCONSTRUÇÃO DA FICÇÃO CISNORMATIVA**

No artigo, utiliza-se a expressão mulheres trans/travestis. As pessoas transexuais ou transgêneras contemplam uma série de identidades não cisgêneras, como homens transexuais, mulheres transexuais, travestis e pessoas não binárias. Assim, opta-se pela expressão mulheres trans/travestis por compreender que a categoria engloba as construções sociais de gênero não cisnormativas.

A opção por utilizar as expressões de forma conjunta não ignora o fato de autoras importantes no debate, como Letícia Nascimento (2021), destacarem a identidade travesti do termo guarda-chuva (trans) no intuito de reforçar essa identidade de gênero bastante marginalizada socialmente.

É inegável a importância do reconhecimento da identidade travesti e de todas as lutas, debates políticos e disputas de significados da expressão, que revelam uma realidade latino-americana. Na tese de doutoramento intitulada “Putá, travesti e brasileira: processos interseccionais de tradução e criminalização entre Brasil e Itália”, Letizia Patriarca (tita) (2023) analisou a identidade travesti no Brasil e as



(im)possibilidades de traduções terminológicas e incomunicabilidade entre o contexto brasileiro e italiano em termos de trabalho sexual e políticas sociais.

No Brasil, segundo Letizia Patriarca (tita) (2023), travesti não é meramente um termo, pois significa e comunica uma identidade política corporificada, com disputas, agenciamentos e que ganha sentido refletido e reflexo, principalmente por meio dos ativismos protagonizados por pessoas diretamente engajadas na transformação política e nos movimentos sociais. É possível observar a identidade travesti ser publicizada por diversas pessoas reconhecidas e legitimadas publicamente como parlamentares, cantoras, escritoras e intelectuais, demonstrando que a expressão travesti pode carregar o imaginário da prostituição e, ao mesmo tempo, historicidade, protagonismo político, intelectual e lutas por afirmação de políticas públicas.

Entende-se que não há como instituir um único conceito sobre identidade travesti, assim como uma diferença categórica entre travesti e mulher trans, mas é possível afirmar que nenhum tipo de cirurgia, uso de hormônios, implantes e demais alterações corporais sejam suficientes para diferenciar ou hierarquizar suas mulheridades e feminilidades.

Na pesquisa, as terminologias mulher trans/travesti estão juntas, sem nenhum propósito de apagamento da identidade travesti, ao contrário, reconhece-se, conforme Pelúcio (2009), como uma identidade múltipla, com fissuras, envolvendo vários aspectos culturais e simbólicos na produção do corpo e da identidade.

Para a realização da pesquisa que gerou este artigo, foram levadas em consideração as narrativas de vida das interlocutoras e como elas se autodeterminam e acessam as expressões mulher transexual e travesti, a partir dos significados e experiências que elas atribuem. Nas dinâmicas de apropriação e utilização das expressões foi possível ouvir as que se identificavam apenas como mulher trans, outras apenas como travestis e as que utilizavam ambas as



expressões, invocando a identidade de mulher trans, geralmente, nas reivindicações de direitos e demandas sociais e de travesti no contexto da prostituição.

As mulheres trans/travestis que contribuíram na pesquisa, identificam-se no espectro das mulheridades e feminilidades, conceitos elaborados por Letícia Nascimento (2021), que colocam os termos no plural por entender que existem diversos processos de produção social do gênero e que passam por diferentes experiências sociais, pessoais e coletivas.

Assim, a possibilidade de pluralizar, não apenas na grafia, mas a própria noção de mulher, é importante para ir além de uma lógica universal e essencialista com o sexo anatômico, pois essa lógica se revela insuficiente para nomear as possibilidades de experiências e existências.

A Cisnormatividade é a afirmação compulsória de formas binárias, com base na naturalização da ideia vagina-mulher-feminilidade/ homem-pênis-masculinidade, descartando outras possibilidades. A essa estabilidade sexo-gênero se dá por um processo de associação compulsória entre o genital e o gênero. Logo, segundo Helena Vieira (2018) haveria um sexo biológico feminino, que corresponderia, inexoravelmente, a uma mulher, e um sexo biológico masculino, que corresponderia a um homem.

Porém, a noção de sexo como um dado social e não biológico é extremamente importante para compreender como os corpos transgêneros, transexuais e travestis perturbam e rompem a estabilidade do sistema sexo-gênero no mundo. Essas estabilidades sobre sexo-gênero estão dentro de relações de poder que as criam artificialmente, por meio de instrumentos de controle como a biologia, direito, medicina, família, e as sustentam como natural ou da essência.

A normatização estabelece subjetividades e cria inteligibilidade para os corpos que são “naturalmente” homens ou mulheres, criando uma verdade em relação ao gênero das pessoas em decorrência da atribuição do sexo ao nascimento a partir da verificação da genitália externa. A matriz cis/heteronormativa é ideológica, fruto da colonialidade do gênero, mas segue inquestionada na maior



parte das vezes e, segundo Baggenstoss (2021) reproduzindo nos discursos a concepção do natural/biológico como marcadores do que é “ser mulher”, “ser homem”, “sexo”, “gênero” e “corpo”, ocultando que tudo isso são construções sociais.

As mulheres trans/travestis desafiam essa lógica da binaridade e da naturalização do sexo como uma verdade biológica, pois colocam em evidência a ilusão da coerência normativa que tenta enquadrar os corpos. A existência de pessoas trans/travestis revela que não há universalidade na constituição da relação entre genital e gênero.

Assim, os processos passam por uma construção de naturalização para legitimar determinados corpos e deslegitimar outros, atendendo a interesses reprodutivos e de relações de poder pautadas pelo controle dos corpos. Porém, o gênero da pessoa não passa necessariamente pela sua genitália, não esgota a sua subjetividade e nem se restringe a estereótipos.

## **CORPO, CORPOGRAFIA E TRANSCORPOGRAFIA**

Este artigo emerge a partir de vidas que se inscrevem nos territórios urbanos de maneiras singulares, desafiando as cartografias hegemônicas da cidade. Articula-se as narrativas de pessoas trans, suas corporeidades e as percepções que tecem sobre os usos e significados dos territórios urbanos de Montes Claros/MG. Nesse contexto, analisa-se os processos de normatividades e hierarquias do “CIStema” sexo-gênero que se impõem sobre seus corpos e condicionam os acessos aos espaços da cidade, mas também, e principalmente, as negociações e subversões que emergem nas relações de poder como atos de resistência.

É nesse contexto que o corpo emerge como categoria de análise, não apenas em sua materialidade física, mas como território existencial onde se inscrevem as disputas entre normalização e resistência. O corpo está na centralidade das interações, dos embates, das violências, mas também da potência de reinventar o viver, sendo experiência física, subjetiva e social que conecta a



discussão sobre gênero às questões raciais e sociais. É espaço de confronto, mas também de criação. Ao mesmo tempo abriga inscrições que resultam de dinâmicas hegemônicas, com inscrições e enquadramentos cis/heteronormativo, mas carrega em si a potência de causar fissuras e instituir novas realidades.

O significado de corpo, aqui adotado, pode ser compreendido como lugar que abriga inscrições, produções ou constituições das diferentes relações que o ser humano pode estabelecer com o outro e consigo, sendo também um espaço de luta, de disputa de sentidos entre os sujeitos e de embate de diferentes relações de poder que atravessam os indivíduos e as suas vivências. Assim, o corpo também pode ser considerado como território de muitas relações, mediado nas relações de poder.

Nessa perspectiva, apresenta-se o conceito de corpo-território, que reconhece a dimensão política e existencial da corporalidade. O corpo-território não é apenas habitado, mas se constitui como território vivo que estabelece relações de pertencimento, resistência e criação. Como território, o corpo carrega memórias, afetos, cicatrizes e potências, constituindo-se como espaço de autodeterminação onde se exercem práticas de liberdade e autocuidado, mas também onde incidem mecanismos de controle e disciplinamento.

Perceber o corpo como território é assumir tanto sua dimensão de agente, quanto sua vulnerabilidade e seu potencial cartográfico: território produzido, habitado e constantemente reinscrito pelas relações de poder, pelo afeto e pelo conflito.

Para as mulheres trans/travestis, o corpo-território assume contornos específicos, sendo elaborado, como pontua Silvana Nascimento (2014), como território de afeto e de cuidado de si. Na construção dessas territorialidades corporais coexistem "afeto e violência, desejo e nojo, masculino e feminino", revelando a complexidade das relações que se estabelecem entre corporeidade e espacialidade urbana.



É a partir do conceito de corpografia, desenvolvido por Paola Berenstein Jacques e Fabiana Britto (2008), que se revela a ferramenta analítica para compreender essa "associação direta ou coimplicação entre corpo, espaço e cidade". A corpografia parte da hipótese fundamental de que a experiência urbana se inscreve no próprio corpo da pessoa que a experimenta, definindo-o em múltiplas escalas e temporalidades. Essas inscrições urbanas no corpo não são apenas simbólicas, mas se materializam em gestos, movimentos, formas de ocupar o espaço, estratégias de circulação e modos de interação.

A corpografia, para Paola Jacques (2008), é a memória da vida urbana inscrita no corpo do próprio habitante e os registros das experiências vividas na cidade, configurando o corpo de quem a experimenta e interfere na produção do espaço urbano. A autora ainda chama a atenção para o fato da coabitação corpo e espaço urbano possibilitar compreender "as pré-existências corporais resultantes da experiência do espaço, para se apreender as pré-existências espaciais registradas no próprio corpo através das experiências urbanas".

O corpo expressa, assim, as experiências vividas na cidade, revelando práticas cotidianas do espaço vivido e apropriações diversas que frequentemente escapam ao planejamento urbano tradicional. Como afirma Paola Jacques (2008), a corpografia constitui-se como "forma molecular (ou micro) de resistência ao processo molar (ou macro) de espetacularização urbana contemporânea".

Nesse sentido, a pesquisa leva em consideração as relações de poder que se estabelecem, observando, de um lado, a tentativa de controle que é feita no corpo e com o corpo" e, simultaneamente, a dinâmica de percepção e resistência dos enquadramentos em um exercício de corporeidade que é elaborada como um território de existência, com caráter transgressor e fronteiro.

Assim, se por um lado, a normatização cis/hétero dos espaços da cidade se impõe aos corpos das mulheres trans/travestis, é também na materialidade e na memória dos seus corpos que se inscrevem a agência, linhas de fuga e táticas para escapar e negociar com ao olhar normatizador da cidade. O corpo se torna um



arquivo das práticas cotidianas, da micropolítica da presença, revelando aquilo que o planejamento urbano hegemônico da cidade ignora ou tenta apagar.

Silvana Nascimento (2023) afirma que, nas experiências de mulheres trans/travestis, há uma preocupação central com o corpo, mas que não está, de modo algum, apartada das redes de relações tampouco está descolada do espaço. Assim, relaciona a corporeidade das mulheres trans/travesti com o espaço urbano, evidenciando as visibilidades e invisibilidades, as sociabilidades, os obstáculos à circulação e as formas de burlar a destinação hegemônica dos espaços.

A escuta atenta das vivências das mulheres trans/travestis aponta para necessidade de um conceito que dialogue melhor com os contornos das suas trajetórias na cidade e foi nos rastros da pesquisa de Silvana Nascimento (2023) que se revelou a ferramenta precisa para isso: a transcorpografia.

A partir da noção de corpografia de Paola Berenstein Jacques e Fabiana Britto (2008), Silvana Nascimento (2023) elabora o conceito de transcorpografia como sendo a ocupação dos espaços urbanos por corpos transfemininos que “flutuam entre desejos que irrompem as normas da cisnormatividade”, desafiando a lógica binária que separa espaços públicos e domésticos.

A transcorpografia evidencia outras possibilidades urbanas que contestam o planejamento hegemônico das cidades, fraturando a suposta estabilidade de espaços que “não foram imaginados pelos projetos urbanísticos que tentam adequar os corpos neles, ou melhor, desincorporá-los”.

A presença das mulheres trans/travestis nos espaços públicos evidencia o caráter generificado e racializado das cidades que estabelecem vias de circulação específicas e espaços específicos para determinados corpos. Silvana Nascimento (2023) afirma que a corporeidade trans interfere no espaço e se constrói nele, criando brechas, sociabilidades, interconexões e ocupações do território.

Estes corpos inventam caminhos, criam alianças, desenham outros mapas de pertencimento e visibilidade, transformando-se e transformando a cidade com a sua presença física e simbólica, a cada negociação com o medo e com o desejo, a cada



estratégia de circular "quando", "com quem", e "como" entrar, permanecer, sair, dançar, trabalhar ou simplesmente existir.

A forma como o corpo se apresenta, como é lido e interpretado depende, segundo Silvana Nascimento (2023), do lugar em que ocupa, ou seja, o corpo, também como um lugar, define-se pelo espaço em que habita e suas relações. Desse modo, os corpos estão em conflito e disputa de si mesmos e do espaço, pois “pessoas que se encontram em um mesmo espaço podem estar em lugares diferentes, em relações de distanciamento ou proximidade”.

Nesse sentido, os corpos podem até ocupar o mesmo espaço físico, em que pese os obstáculos para que corpos dissidentes da cis/heteronorma acessem alguns territórios, mas o lugar social de cada corpo é marcado de diferentes maneiras, evidenciando distâncias sociais e marcadores de gênero, sexualidade, classe, raça, idade e região. As relações de poder definem os limites tanto sociais quanto espaciais, determinando quem pertence e quem está excluído de determinados lugares.

Em relação às mulheres trans/travestis, a aparição dos seus corpos subalternizados, lidos por muitos como abjetos, possuem a potência de (des)territorializar e (re)territorializar os espaços da cidade, pois tensiona o regime significante das corporalidades e o imaginário de construção social e urbana.

A transcorpografia, portanto, não é apenas sobre a presença, mas sobre a interferência que essa presença causa na micropolítica cotidiana, tensionando os espaços da cidade.

A agência dos corpos trans são produtores de micropolítica enquanto território existencial, apontados por Silvana Nascimento (2023), a partir da presença das mulheres trans/travestis nos territórios onde circulam, na forma como elas buscam driblar os controles cisnormativos que as discriminam e as violentam, seja de forma indireta e sutil, seja de forma explícita.

Há produção de micropolítica, na chave da resistência e criatividade, quando as mulheres trans/travestis traçam estratégias de horários para saírem, se irão em



grupo, acompanhadas de outra pessoa ou sozinhas, onde e quando vão sair para se divertir e, no caso de exercerem o trabalho sexual, como e onde, com mais ou menos visibilidade a depender do controle policial, da circulação de clientes e de transeuntes e das demais trabalhadoras que também estão ocupando o território.

O corpo–território das mulheres trans/travestis comparece como agente de desterritorialização dos espaços, tensionando rotas, regras, tempos, e inaugura outras formas de sentido, pertencimento e cuidado. As regiões interditas, os olhares de estranhamento, os limites postos pelo Sistema, são também linhas de fuga e reinvenção.

Os seus corpos não circulam simplesmente pelos lugares, mas reconfiguram, reinscrevem, reterritorializam-se em cada espaço de afeto, encontro, festa, religiosidade, esquinas, família e trabalho. A cidade se refaz nos passos dessas transeuntes, nas sociabilidades e nos cotidianos que escapam da disciplinarização e é na poética da presença e nas experiências vividas que residem a potência transformadora do corpo-território cartografado.

A exclusão imposta pelas cis/heteronormas urbanísticas e sociais se vê atravessada pela potência da presença das mulheres trans/travestis que como corpo/território/memória/ação, carrega marcas de violências e invisibilidades, mas também de afetos e histórias que propõe outras cartografias possíveis.

É nessa tensão produtiva entre territórios consolidados, já estabelecidos pelas normatividades urbanas, e territórios que emergem das práticas cotidianas de resistência e negociação que se situa a análise do conceito de transcorpografia, compreendendo-o como método e crítica para mapear as vivências das mulheres trans/travestis nos territórios urbanos e suas contribuições para outras cartografias possíveis de cidade.

Quando essa imbricação corpo e cidade é atravessada pelas experiências trans, produz conhecimentos singulares, afetos e possibilidades outras de imaginar o urbano. A transcorpografia, portanto, emerge como uma ferramenta teórica e política que permite pensar como corpos transfemininos ocupam, habitam e



transformam os espaços urbanos, deixando rastros que questionam as estruturas sedimentadas do planejamento hegemônico.

## **MULHERES TRANS/TRAVESTIS E MANEIRAS DE FAZER-CIDADE**

A partir da presença das mulheres trans/travestis nos espaços urbanos, é possível articular os atos cotidianos de se fazer visível, de circular e de ocupar espaços, as táticas através das quais as mulheres trans/travestis não apenas ocupam, mas reconfiguram a cidade e criam territórios existenciais por onde se movem.

A cidade, quando atravessada por esse corpo-território, reconfigura-se a partir do que Suely Rolnik (2018) chama de “atos de criação que se inscrevem nos territórios existenciais estabelecidos”, tensionando a cena instituída. E nesse tensionamento que o estilhaçamento da norma e a teimosia da presença provocam, emergem conexões sensíveis e os afetos que extrapolam a normatização dos espaços, criando territórios existenciais.

Esta presença é, em si, um ato que produz tensionamentos. Ela se manifesta de forma potente quando as mulheres trans/travestis se fazem aparecer, colocando-se na cena pública e circulando não apenas por seus territórios existenciais, mas também ao atravessarem espaços fortemente marcados pela cis/heteronorma.

A presença das mulheres trans/travestis tensiona a cartografia cis/heteronormativa que organiza os espaços urbanos, abrindo linhas de fuga que escorrem pelas frestas da cidade e reconfigurando territórios. Habitar, circular, negociar e cuidar se tornam práticas que instauram micropolíticas da presença, colocam em xeque os dispositivos de controle e fazem do corpo um lugar de criação contínua, corpo-território.

A presença, nesse contexto, não é uma simples ocupação de espaço, mas sim um ato de enunciação, uma forma de afirmar a própria existência. Não se trata de grandes manifestações, mas de uma política do cotidiano, do corpo em



movimento, da decisão diária sobre como, quando e onde se fazer visível. Cada vez que uma mulher trans/travesti se arruma e sai de casa está exercendo, simultaneamente, um ato de afirmação pessoal e um ato de transformação coletiva, uma recusa das estruturas que tentam apagá-la.

A confluência teórica fornecida pela transcorpografia ganha contornos importantes quando mergulhada no cotidiano de uma cidade média, como Montes Claros/MG, permeada por peculiaridades que mesclam ruralidade e urbanidade, expondo nuances singulares na relação entre território e corpo.

Acompanhar as mulheres trans/travestis pelas ruas de Montes Claros, pelos seus bairros, pelas suas práticas cotidianas de trabalho, sociabilidade, religiosidade e cuidado, revela uma forma de fazer a cidade que é simultaneamente vulnerável e potente, marcada por estrangimentos estruturais, mas também por táticas e criatividade que reconfiguram formas de transitar, acessar serviços, construir alianças, compondo novas cartografias relacionais e políticas no Norte de Minas Gerais.

As transcorpografias que elas produzem em Montes Claros a partir de suas presenças não são simplesmente inscrições deixadas por corpos no espaço, mas criações ativas, constantemente negociadas, contestadas e refeitas através de decisões cotidianas sobre como ocupar, circular e se fazer aparecer em uma cidade que é ao mesmo tempo pequena e grande, próxima e distante, segura e perigosa, hostil e acolhedora.

Ao se fazerem presentes, as mulheres trans/travestis em Montes Claros não apenas reivindicam o direito à cidade, mas forjam, através de laços de afeto, territórios existenciais. São redes de cuidado, olhares de cumplicidade e encontros que ressignificam a própria estrutura urbana. A potência das narrativas de vida de cada uma delas transborda as categorias de análise e se revelam no cotidiano, em gestos, em afetos, em agência, na recusa de serem capturadas pelo olhar normatizador do outro e na organização cis/heteronormativa da cidade.



A compreensão do fazer-cidade a partir da perspectiva das mulheres trans/travestis de Montes Claros/MG exige o reconhecimento de que a cidade não é simplesmente um espaço geográfico pré-existente, um cenário onde vidas acontecem, mas um processo contínuo de criação e recriação, um território que se refaz constantemente através dos atos cotidianos de presença, circulação e ocupação.

Em Montes Claros, cidade média, com suas particularidades socioculturais, cada circulação diurna, cada permanência afetiva em espaços públicos, é um ato político que inscreve o direito à existência na paisagem urbana. As mulheres trans/travestis não apenas usam a cidade, mas a reconfiguram ao habitá-la com seus corpos-território, transformando-a a partir do cotidiano, nos encontros, nos afetos e territórios existenciais que reconfiguram os modos de perceber o urbano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das experiências das mulheres trans/travestis em Montes Claros, a partir da perspectiva da transcorpografia, evidencia que a produção do espaço urbano é atravessada por relações de poder que se materializam na regulação e na disciplina dos corpos. A matriz cis/heteronormativa, portanto, não opera exclusivamente no discursivo ou no simbólico, mas se inscreve na própria configuração espacial das cidades, determinando quais corpos possuem legitimidade para circular, quais espaços lhes são destinados e sob quais condições sua presença é tolerada ou interdita.

Assim, a transcorpografia emerge como metodologia e como conceito, permitindo compreender como corpos transfemininos ocupam, habitam e transformam os espaços urbanos, deixando rastros que questionam as estruturas sedimentadas do planejamento hegemônico das cidades.

A articulação entre os conceitos de corpografia, transcorpografia e maneiras de fazer-cidade revela que a produção do urbano é indissociável da produção dos corpos. A corpografia, como memória da vida urbana inscrita no corpo do habitante,



ganha novas dimensões quando pensada através da lente da transcorpografia. Os corpos das mulheres trans/travestis não apenas registram as experiências vividas na cidade, mas as transformam e as ressignificam. Cada gesto, cada movimento pelos territórios urbanos carrega consigo histórias de afeto, de violência, de encontro, de solidariedade que reconfiguram a própria estrutura urbana.

A presença das mulheres trans/travestis nos territórios urbanos não se limita à mera ocupação do espaço, mas constitui um processo ativo de desterritorialização e reterritorialização, que tensiona as cartografias hegemônicas e inaugura novas formas de pertencimento e visibilidade.

As estratégias cotidianas que elas utilizam para circulação, sociabilidade e redes de cuidado evidenciam agência, tanto em negociar as imposições cis/heteronormativas, quanto em desafiar as estruturas de controle. Essas práticas, por sua vez, contribuem para a reconfiguração do espaço urbano, transformando-o em um campo de disputas e de possibilidades, onde a cidade é reconfigurada por meio dos atos cotidianos de resistência e afeto.

A pesquisa também traz nuances importantes sobre como a transcorpografia opera de formas diferenciadas em uma cidade média como Montes Claros/MG, que mescla ruralidade e urbanidade. As particularidades socioculturais da região do Norte de Minas Gerais produzem contextos em que as mulheres trans/travestis negociam sua presença de formas que refletem tanto as estruturas de controle, quanto as possibilidades de criatividade e aliança. A coexistência de hostilidade e acolhimento, de perigo e segurança, marca profundamente o fazer-cidade dessas mulheres.

Nesse processo de fazer-cidade, a visibilidade assume contornos políticos potentes. A presença das mulheres trans/travestis nos espaços públicos não é uma simples reivindicação de direito à circulação, mas uma afirmação radical de existência que desestabiliza a coerência fictícia da cis/heteronormatividade. As suas corporeidades criam territórios existenciais onde a vida pulsa de formas múltiplas,



onde feminilidades e mulheridades plurais se expressam sem necessidade de conformação aos enquadramentos binários.

A cidade, quando atravessada pelas mulheres trans/travestis, por seus corpos-território, é tensionada e reconfigurada. Não se trata de uma transformação macro, mas de uma transformação molecular, de uma reconfiguração que ocorre nos passos cotidianos, nas sociabilidades que escapam da disciplinarização, nos territórios existenciais que emergem dos encontros e afetos.

Montes Claros, através das presenças das mulheres trans/travestis, reconfigura-se, não porque seus mapas oficiais se alterem, mas porque seus sentidos, suas possibilidades, suas formas de ser habitada se multiplicam, ampliando os sentidos de uma cidade tecida na irredutível potência de existir.

## REFERÊNCIAS

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. A subjetividade jurídica e o pacto heterocisnormativo. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, Canoas, v. 9, n. 2, p. 105-119, jul. 2021.

BRITTO, Fabiana; JACQUES, Paola. Corpo e cidade – coimplicações em processo. *Rev. UFMG, Belo Horizonte*, v. 19, n. 1/2, p. 142-155, jan./dez. 2012.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. A cidade no corpo: Diálogos entre corpografia e etnografia. *Ponto Urbe*, [S.l.], n. 19, 2016. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/3316>.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 548-573, 2022.



NASCIMENTO, Silvana de Souza. Errantes magníficas e suas epistemologias transfeministas. 2023. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Antropologia, Marcadores Sociais da Diferença, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Cidade-desejo-travesti: urbanidades trans às margens das cidades. Revista Fixo, [S.l.], v. 8, n. 30, 2024.

PATRIARCA, Letizia. "Putá", "travesti" e "brasileira": processos interseccionais de tradução e criminalização entre Brasil e Itália. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

PELUCIO, Larissa. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da AIDS. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VIEIRA, Helena. O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Explosão feminista. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

